



TEMPO E ARGUMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em História
Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 71 – 94, jan/jun. 2012

POLÍTICA E TEMPO PRESENTE NA HISTORIOGRAFIA DAS DITADURAS DO CONE SUL DA AMÉRICA LATINA

Hernán Ramírez*

Resumo

Neste artigo, abordamos a relação entre política e tempo presente que se estabeleceu em torno da produção historiográfica sobre as ditaduras do Cone Sul da América Latina. Interessa-nos particularmente analisar as formas como o presente vivido pelos pesquisadores e a sua relação com a política interferiram na pesquisa desses processos, e ainda salientar como esses estudos embasavam alguns atos da práxis e interferiam, em certa medida, nos próprios fatos históricos, relação dialética que igualmente foi determinante para dar forma ao campo de estudos da História, não apenas incorporando um novo recorte temporal, mas também novos problemas e fontes, ampliando e diversificando suas perspectivas e seus diálogos transdisciplinares, especialmente em torno dos dilemas metodológicos que trouxeram a incorporação de assuntos nos quais os próprios pesquisadores estão envolvidos de múltiplas maneiras, algumas diretas outras indiretamente, questões que soem ser obviadas nas pesquisas com objetos mais distantes, discussão que não apenas é válida, mas imprescindível.

Palavras-chave: Política. Tempo presente. Historiografia. Ditadura. Cone Sul da América Latina.

É uma alusão comum entre historiadores do Tempo Presente assinalar que a própria história nasceu como ciência na forma de história política e do seu próprio tempo. Tucídides, na era clássica, (2001) viveu muitos dos dilemas que nós mesmos estamos habituados a enfrentar atualmente como pesquisadores. Em especial o de ter que operar sobre um processo que ainda produz consequências, a necessidade de criar suas próprias fontes e de submeter esses recursos a uma forte crítica heurística, devido à proximidade com seu objeto de estudo (GASTAUD, 2001).

Desde aquela época, pelo menos, a história como ciência estabeleceu sua própria relação com o tempo, em sentido amplo, seja o passado ou o presente e, por que não, o futuro.

*Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: hramirez1967@yahoo.com.

Além dessa relação com o temporal, esteve sempre intimamente vinculada ao político, construindo assim sua episteme.

Os historiadores, cientes ou não, escolherão seus objetos de estudo, fontes e métodos baseados nesse diálogo temporal e político. O passado, o presente, que é seu próprio tempo, e as perspectivas futuras lhes marcam possibilidades, mas também limites epistemológicos para tratar do pretérito. Dessa forma, o fato de que Helio Jaguaribe, um estudioso dos problemas do Brasil com profundo compromisso com o seu presente, foge do anedótico ao prologar uma das melhores traduções para o português da obra de Tucídides, cobrando um sentido ideológico claro.

Não obstante, por imperativos de diversos tipos, em particular sociais e políticos, a história se afastou do presente e cristalizou uma visão, em grandes rasgos, conservadora dessas esferas, passando a priorizar em suas abordagens os indivíduos, as conjunturas e os grandes acontecimentos.

Apesar dos embates profundos, a crítica marxista e, depois, a cultural pouco fizeram pela superação desses limites. A primeira, ao inverter a relação da estrutura com o político, esqueceu-se, especialmente nas visões reducionistas, de que ela era dialética e não apenas monocausal. Já a outra, terminaria por se inclinar pelo viés inverso, salvando-se nos dois casos, honrosas exceções.

Na década de 1980, René Remond proclamou o retorno do político (1988), mas, devido a seus ranços conservadores, sou partidário de que esse retorno não correspondeu às expectativas e pouco fez por incorporar a crítica feita a esse campo de conhecimento. Negar não é superar, pois isto pressupõe dar uma resposta à altura, muitas vezes incorporando esses questionamentos, caso sejam procedentes.

Basicamente, continuamos analisando a história por meio de compartimentos estanques, inclusive, pouco problematizando acerca de como as preocupações políticas do nosso tempo conformam o nosso *mettier* e as implicações que isso acarreta, reflexões estas que nos permitiriam tecer estratégias para enfrentar tal desafio.

Nesse sentido, a perspectiva aqui proposta procura debater a problemática mostrando como o político e o presente se imbricaram com a historiografia das ditaduras do Cone Sul da América Latina, talvez, um dos casos no qual essa inter-relação tenha sido mais evidente para nós, que o habitamos.

Hoje, temos a noção de que os golpes de Estado ocorridos na região durante as décadas de 1960 e 1970 pertencem a um processo com tronco comum, mas, no início, essas semelhanças não estavam tão claras e os efeitos que tais acontecimentos provocaram no

ambiente político e acadêmico de cada país não foram homogêneos.

Na Argentina, os golpes de 1966 e 1976 bem poderiam ter sido uma simples continuação dos que lhe precederam, já que sua história está marcada por quebras institucionais desde 1930, o que acostumou seus habitantes a uma constante instabilidade, razão pela qual eram entendidos como parte de um ciclo, sem solução de continuidade.

Já, no caso do Brasil, o golpe de 1964 bem pode ser visto como o desfecho necessário de uma longa crônica anunciada. Tendo sido anteriormente evitado por Vargas, à custa de sua própria vida, o país viveu momentos dramáticos para que Juscelino Kubitschek, primeiro, e João Goulart, depois, tomassem posse.

No entanto, isso não ocorreu no caso uruguaio nem no chileno, para eles a quebra da ordem institucional foi um duro golpe já que as suas democracias eram duradouras e tidas como consolidadas.

Entre as perguntas mais comuns que rondavam estavam: qual era sua natureza? Como essas rupturas foram acontecer? Se elas eram apenas expressões conjunturais ou processos gerados por causas estruturais? Por quanto tempo as ditaduras se prolongariam? E, se voltariam a se repetir?

As respostas a essas questões não foram dadas de maneira solitária nem em um ato só. Elas foram elaboradas num prolongado debate que envolveu diversos intelectuais, alguns por causas políticas, outros por motivos acadêmicos, e muitos deles pelas duas.

Conforme constatado por numerosos pesquisadores em todos os espaços nacionais¹, embora com algumas discordâncias marcadas mais recentemente para o caso argentino (BRIENZA, 2008), os primeiros estudiosos que trataram de analisar os golpes de Estado e as ditaduras não foram historiadores senão outros profissionais. Isso aconteceu devido a que os historiadores da época, e um pouco menos hoje, não se ocupavam do presente, cabendo-lhe essa tarefa a sociólogos, politólogos e até economistas. Diga-se de passagem, como afirma Raphael Samuel (1999), os historiadores não têm o monopólio da história, enquanto objeto, muito menos da história do Tempo Presente.

Por outro lado, e sem ser menos importante, vale lembrar que esses estudos tinham se iniciado quando tais regimes ainda estavam de pé, ou seja, que os processos ainda estavam se desenvolvendo, provocando consequências. A circunstância de ter que trabalhar com um objeto que ainda está em processo é problemática per se, imaginemos quão complicado se

¹ Para Argentina salientamos os trabalhos de Marina Franco (2005), Roberto Pittaluga (2007), Gabriela Águila (2008 e 2011), e Ernesto Bohoslavsky, Marina Franco, Mariana Iglesias e Daniel Lvovich (2010); para o Brasil, o de Carlos Fico (2004); e, para o Uruguai, o de Aldo Marchesi, Vania Markarian, Álvaro Rico e Jaime Yaffé (2004), entre outros.

tornava do ponto de vista político, já que um diagnóstico preciso, acerca das intencionalidades, pontos fortes e fraquezas desses regimes, era vital para poder travar os embates.

Muitos foram os erros de apreciação que levaram a desastrosas estratégias políticas. Os argentinos sabem muito bem que o Partido Comunista local apoiou o regime ditatorial baseado num equívoco desse tipo e a maioria dos movimentos guerrilheiros subestimou, ingenuamente, a força dos regimes, ao mesmo tempo em que superestimou as próprias, com desdobramentos nefastos em todos os casos.

Ao tentar estabelecer esse diagnóstico, um dos principais problemas que os pesquisadores abordaram naquela época foi o da natureza ontológica dos regimes. Classificar o tipo de autoritarismo ao qual pertenciam era central. Suas interpretações tentaram encontrar resposta nos marcos teóricos que tinham sido construídos para estudar fenômenos parecidos no Velho Continente, refiro-me, em particular, ao cesarismo, bonapartismo, fascismo, franquismo e salazarismo, mas essa não foi uma tarefa nada simples, devido principalmente a que essas tipologias tinham sido cunhadas para realidades parecidas, mas não homólogas.

Na esteira da discussão aberta pelo pensamento de Antonio Gramsci e mais especificamente pelo livro de Nicos Poulantzas, *Fascisme et Dictature. La III^e Internationale face au fascisme* (1970), essa discussão se alastrou pela América Latina, tendo como epicentro o México, porto seguro de muitos intelectuais da região, como nos mostram as páginas da revista *Nueva Política*, de efêmera aparição no ano de 1976, na qual participaram o mexicano Leopoldo Zea, o equatoriano Agustín Cueva, o chileno Hugo Zemelman e o argentino Marcos Kaplan, dentre os estudiosos mais conhecidos, e a dois números consecutivos da *Revista Mexicana de Sociología*, que publicou um dossiê sob o título de “*Socialismo y Fascismo en América Latina, hoy*”, em 1977, no qual participou novamente Agustín Cueva, assim como os brasileiros Theotônio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso, os argentinos Guillermo O’Donnell, Juan Carlos Portantiero, Liliana de Riz e Atilio Borón, o chileno por opção Norbert Lechner, o mexicano Sergio Zermeño e os uruguaios Gerónimo de Sierra e Nelson Minello, somando-se o boliviano René Zavaleta Mercado, em 1979, os quais discutiram a natureza sociopolítica dos novos regimes autoritários que se estendiam e firmavam por uma ampla e significativa região do nosso subcontinente.

Os conceitos de “colonial-fascismo” proposto por Helio Jaguaribe (1968) e de “fascismo dependente” (1977) por dos Santos foram, quiçá, os que causaram maiores polêmicas nessas discussões, categorias com as quais se pretendia recuperar a matriz europeia e ainda introduzir um tom autóctone, visivelmente influenciado pelas ideias em voga na

região.

Concomitantemente, desde outro foco de pensamento que reconhecia no espanhol Juan Linz e no estadunidense Alfred Stepan seus mentores, difundia-se a categoria de Estado burocrático autoritário, cunhada pelo argentino Guillermo O'Donnell², que, sem deixar de observar sua natureza autoritária, o distinguia de outros tipos, como o fascista, oligárquico e populista, introduzindo a vertente weberiana no debate. Sua proposta foi extensamente debatida num seminário, que seria compilado numa coletânea organizada por David Collier (1979), da qual salientamos o capítulo de Albert O. Hirschman que questionava a falta dos determinantes econômicos na análise do fenômeno, recuperando assim a matriz marxiana.

Como muito desses conceitos tinham sido elaborados para períodos e latitudes muitos distantes, pouco se encaixavam às peculiaridades latino-americanas, razão pela qual as discussões se assentavam sobre bases pouco consistentes e o objeto se esgueirava gelatinosamente, desencadeando longas polêmicas por meio das quais, tateando, os pesquisadores foram achando terra firme.

Esse profundo e extenso debate levou, inclusive, a que alguns deles realizassem certos esforços de sistematização, como os empreendidos pelo chileno Jorge Tapia V. e pelo brasileiro Helgio Trindade, para nos remeter apenas a duas das obras mais antigas, e ainda seu influxo ecoaria em muitas obras posteriores, como a de Carlos Huneeus, para o Chile (2000).

Como as respostas pareciam não provir de modelos forâneos nem das grandes teorizações, a observação centrada nos próprios casos passou ao primeiro plano. Dessas análises, salientamos a do argentino Marcelo Cavarozzi, que fez um estudo comparando os diversos golpes de Estado acontecidos na Argentina após 1955 e chegou à conclusão de que tais eventos não pertenciam a uma mesma matriz, advertindo que existia uma quebra evidente na década de 1960. Dessa forma, o golpe que tinha acontecido naquela data se distanciava dos que tiveram lugar em 1966 e 1976, constatação expressa basicamente na sua intensidade repressiva, que não apenas mudava de grau, mas de natureza; seus objetivos, dado que já não bastava neutralizar, mas que agora era preciso aniquilar os inimigos; e a sua extensão, definida então por metas e não por prazos a cumprir (CAVAROZZI, 1989), constatação que tem sido mantida em muitas outras análises, como, por exemplo, a de Ricardo Sidicaro (2004).

A tarefa de determinar as causas dos golpes de Estado também tem se vinculado fortemente com o tempo presente e as opções políticas dos pesquisadores. Num primeiro

² A ideia esteve presente muito antes de que fora condensada na sua obra de 1982.

momento primaram visões estruturalistas do fenômeno, de raiz marxista, que tentavam encontrar explicações nas condições econômicas, fundamentalmente no esgotamento do modelo substitutivo. A réplica veio com o intuito de compreender as conjunturas que os desencadearam, tendência fortemente marcada pela intenção de dar autonomia ao político, marcada por posições weberianas, as que salientavam a incapacidade das forças em pugna para consolidar o processo democrático. Por fim, outras tentaram fazer uma ponte entre ambas as correntes teóricas, observando como o econômico e o político se retroalimentavam sem que necessariamente pudéssemos ver a predominância de um sobre o outro.

Nesse sentido, a hipótese do empate hegemônico, proposta por Juan Carlos Portantiero (1973), foi uma das respostas que vieram ao encontro dessa dupla problemática. Por um lado revela a incapacidade que a burguesia, os aparelhos estatais e as forças políticas tinham para reorientar um modelo que demonstrava sinais de fadiga, circunstância potencializada por aquelas conjunturas. Essa versão também pode ser observada para outros casos nacionais, entre eles, em alguns trabalhos de Francisco de Oliveira (2004), no que tange ao Brasil, e de Luis Eduardo González (1993), ao Uruguai, por exemplo.

Por sua parte, a extensão das ditaduras foi outro dos problemas acarretados pelo trabalho com objetos inconclusos, atirando por terra as previsões mais otimistas, que, baseando-se no caso argentino, auguravam um pronto final e operavam politicamente com esse horizonte. Quando ficou evidente que os regimes autoritários se prolongariam, as análises passaram a levar em conta esse fato, seja para tentar compreendê-los como para prevenir os efeitos menos desejados, tanto no que tange aos seus partidários como aos que se lhe opunham. O principal medo era que tais regimes degenerassem em governos personalistas e de características nacionalistas, o que de fato não era injustificado, vendo-se que o próprio governo do general Juan Domingo Perón tinha sido gestado por meio de um golpe de Estado e mais adiante comprovado com o conflito bélico do Atlântico Sul.

Para tal fim e prevendo conflitos no interior das administrações, foi pensado um sistema que institucionalizaria o poder nas mãos de juntas de governo e oferecesse certa alternância no poder, o que foi obedecido nos casos brasileiro e uruguaio, inicialmente no caso argentino, mas contrariado no caso do general Augusto Pinochet.

O cuidado com esse tramado jurídico chama a atenção, mas ainda precisa ser mais bem explorado, em especial a participação que coube a destacados assessores estadunidenses, como Samuel P. Huntington, que compartilhava essa tarefa com a de sagaz politólogo, legando-nos *El orden político en las sociedades en cambio* (1992), obra na qual dissecou várias dessas situações pelo mundo afora, as quais, talvez, tenham tentado aplicar em algumas

das visitas que fez a países da região em momentos cruciais.

As ressalvas com que se instauraram esses governos também obedeciam a outros motivos, eles tinham objetivos de longo prazo e não obedeciam a caprichos conjunturais. O caráter fundacional das ditaduras ficou mais evidente quando o regime autoritário argentino abandonou o termo Revolução, empregado tanto no seu caso como no Brasil, que passou a se associar exclusivamente às forças de esquerda, e se autointitulou *Proceso de Reorganización Nacional*. Tal atributo foi indicado também por Luis Eduardo González (1993) para o caso uruguaio, qualificado como ensaio fundacional à etapa do regime autoritário local, compreendia entre 1976 e 1980, e se depreende numa vasta bibliografia para o caso do Brasil, cabendo à obra de René Dreiffus uma das observações mais contundentes (1981).

Por tal motivo, podemos concluir que as ditaduras não foram meros acidentes de percurso. Trabalhos mais recentes tentam ver como elas foram construídas no seio da própria democracia. Nesse sentido, talvez o mais emblemático seja o caso brasileiro, o qual pode nos servir de ilustração. Neste país atuaram vários núcleos golpistas, inclusive o governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, que já tinha montado um ministério paralelo, e o general Olympio Mourão Filho, aquele que finalmente ascendeu o estopim, mas que nem sequer ocupou os primeiros planos após o golpe, sendo rapidamente solapado por outro grupo mais poderoso que também tinha em mente deflagrar uma intentona com igual propósito, mas que foi antecipado pelo afoito militar.

Essas preocupações por entender as ditaduras num processo de longa gestação, no qual a própria democracia se corrói, também podem ser encontradas no caso uruguaio, como ilustrado nos trabalhos de Luis Costa Bonino (1985 e 1995) e Gabriel Bucheli (2008), entre outros.

Uma vez debeladas a natureza e causas dos golpes e das ditaduras, ou rendidos pelas evidências, o grande problema que abocou os intelectuais foi o de pensar as transições. Esse seria também um trabalho empreendido por sociólogos, politólogos e até estudiosos das relações internacionais. Por exemplo, o diplomata Alain Rouquieu publicou duas coletâneas, uma na Argentina e outra no Brasil, intituladas *¿Cómo renacen las democracias?* e *Como renascem as democracias?*. Livros resultantes de uma parceria formalizada em 1981 pelo Centro de Investigaciones Sociales sobre el Estado y la Administración (CISEA), vinculado à Univesidad de Buenos Aires, da Argentina; pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), do Brasil; e pela Fondation Nationale des Sciences Politiques (FNSP), da França.

Dessa forma, novamente notamos que a análise histórica se vinculava com a práxis

política. Esses intelectuais procuravam um modelo a seguir e o encontraram no exemplo espanhol, no qual alguns deles tinham se debruçado em estudos. Assim, as transições começaram a ser pensadas tendo como norte o Pacto de la Moncloa, que tinha sido bem-sucedido na península ibérica.

Escolhi esse episódio já que, no seu momento, ofereceu uma das raras oportunidades que os cientistas sociais tiveram para testar, em grandes escalas, hipóteses que não fossem *ex post*. De certa forma, os historiadores são os pesquisadores mais “sábios”, pois, quase sempre, suas hipóteses nascem comprovadas, mas isso não teria acontecido com o processo de redemocratização, já que ele não deu tempo suficiente e os intelectuais tiveram que submeter seu instrumental analítico a esse crivo impiedoso sem que os acontecimentos tivessem transcorrido.

Como as novas democracias resistiram, aqueles que apostaram nesse tipo de transição finalmente conseguiram comprovar seus enunciados. Mas, resta a seguinte dúvida, a hipótese era certa porque era adequada? Ou foi adequada porque se acreditava que era certa? Novamente a práxis concreta se imbricava com a análise política abstrata, condicionando-se mutuamente numa profecia de autorrealização.

Demonstrando como as etapas se sucediam numa rápida voragem. Uma vez recuperada a democracia, as preocupações se orientaram em outro sentido. Embora sempre estivesse presente naqueles intelectuais que sofriam com o exílio, pensar acerca do seu próprio estado e nas terríveis condições da repressão, nesse novo contexto, o clamor por juízo e castigo não apenas ganhou as ruas, mas também as academias, legando uma densa e numerosa produção, inclusive muitas dessas obras se converteram em monumentos públicos. O grito ensurdecido daqueles que por longo tempo tinham sido calados, fluía agora aos borbotões.

Diversos relatórios com ares oficiais saíram à luz a partir do retorno da democracia. No Brasil, entre 1979 e 1985, um grupo ecumênico encabeçado pelo cardeal Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor presbiteriano Jaime Wright fez um gigantesco trabalho de compilação, publicando como resultado final o livro *Brasil: nunca mais*. Interessa notar que a obra foi impressa pela editora Vozes, vinculada à Igreja católica, a que antes tinha sido colaboradora fundamental nas edições do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPÊS), um dos articuladores mais conspícuos do golpe de 1964 (RAMÍREZ, 2007), demonstrando com isso quão complexos eram esses posicionamentos, os quais podiam sofrer giros copernicanos de uma época para outra.

Na Argentina, logo depois de recuperada a democracia, em 1983, o presidente Raúl

Alfonsín encomendou à Comisión Nacional sobre el Desaparecimiento de Personas (CONADEP) uma tarefa similar, a qual, com Ernesto Sábato à frente, publicou, em 1985, o livro *Nunca Más*.

Desde o outro lado do Rio da Prata, ao final da década viria à luz o livro *Uruguay: Nunca Más*, escrito sobre a base de documentos testemunhais recopilados pelo Servicio Paz y Justicia (SERPAJ) (1989).

O último país a ter uma iniciativa semelhante foi o Chile. Durante o governo de Patricio Aylwin foi criada a Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación, presidida por Raúl Rettig, motivo pelo qual seu informe é conhecido por esse nome. Este documento foi entregue no início de 1991 pronunciando-se apenas sobre aqueles que tinham sido mortos pelos agentes do Estado, durante o período autoritário.

Devido às fortes reações que levantaram no meio militar, esses esforços ficaram em estado letárgico nos meios oficiais, mas um pouco mais adiante foram reativados com a chegada de mandatários provenientes de partidos de esquerda aos governos desses países.

No caso de Uruguai, o presidente Tabaré Vázquez encomendou a um prestigioso triunvirato de historiadores de la Universidad de la República, integrado por José Pedro Barrán, Gerardo Caetano e Álvaro Rico, a tarefa de investigar os casos de desaparecimento ocorridos durante a ditadura, fenda que não tinha sido obturada pela Ley de Caducidad, a qual declarava prescrita a “pretensão punitiva do Estado”.

Diante da tarefa, o trio convocou um numeroso grupo de docentes e estudantes universitários. Desse modo, tal experiência se distanciava das outras ocorridas na região, pois agora os saberes técnicos primavam sobre as bandeiras políticas, éticas e morais. Assim, foram publicados cinco grossos volumes sobre terrorismo de Estado e violações dos direitos humanos (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2007), ficando de fora toda uma série de informações que seriam compiladas mais adiante em outros três tomos, nos quais se historiava o contexto repressivo (UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, 2009).

No Chile, o presidente Ricardo Lagos encomendou à Comisión Nacional sobre Política y Tortura, presidida por Sergio Valech, ex-vigário da Solidariedade, o esclarecimento da identidade das pessoas que sofreram privação da liberdade e tortura por razões políticas por atos de agentes do Estado ou a seu serviço durante a ditadura, publicando-se então um informe que serviu de base para conceder reparações às vítimas. A presidenta Michelle Bachelet reeditou a iniciativa, em 2009, nomeando a Comisión Asesora Presidencial para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión, Política y Tortura, presidida inicialmente também por Valech que, após seu falecimento em novembro

de 2010, foi sucedido por María Luisa Sepúlveda, a qual ampliou o número de vítimas reconhecidas, num trabalho que se prolongou até agosto de 2011. A nominata está alocada no sítio oficial do Ministério do Interior, tendo sido retirada em 2010, por iniciativa do presidente Sebastián Piñera, mas repostado após protestos. Os testemunhos completos serão desclassificados, ou seja, passarão ao domínio público após cinquenta anos da sua publicação.

Como se depreende claramente deste último caso e das circunstâncias que envolveram os outros, as comissões e os documentos que estas produziram estiveram imersos em inúmeras polêmicas, as quais não apenas partiam dos setores vinculados aos regimes ditatoriais, mas também dos que tinham sofrido a repressão e que se levantaram em protesto, em especial sobre restrições nas pesquisas e determinadas visões ideológicas que as embasavam, sendo a teoria dos dois demônios³ a que recebeu maiores críticas.

Apesar de terem grande abrangência, muitas lutas menores em torno da memória, da reconstrução histórica e da recuperação de documentos foram e ainda estão por ser travadas, como demonstra a instalação da Comissão da Verdade, no Brasil, e os juízos ainda abertos na Argentina. Circunstâncias que nos permitem observar como o ofício de historiar se envolve, nestes casos quase que inexoravelmente, com imperativos políticos.

Conjuntamente a todos esses problemas, a dificuldade em encontrar documentação oficial serviu como estopim para que os historiadores lançassem mãos ao seu amplo arcabouço metodológico, inclusive tomando emprestadas técnicas pensadas para analisar fenômenos parecidos em outras latitudes. A história oral, com ou sem maiúsculas, ganhou destaque nessa conjuntura, geralmente direcionada para dar voz às vítimas, mas não unicamente. O trabalho pioneiro do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) colheu uma farta documentação daqueles que tinham estado do outro lado, ou seja, militares, políticos e empresários. Essa empreitada tem sua correlata no Centro de Investigación y Documentación en Historia de Chile Contemporáneo (CIDOC), alocado na Universidad Finis Terrae, ambas as entidades possuem preciosos acervos com testemunhos de personalidades que formaram parte dos regimes ditatoriais, a maioria ainda pouco explorada.

Nesse sentido, acreditamos que não basta publicar, seja sob a forma de memórias ou de obras testemunhais, pois as fontes não falam por si só. Devemos interrogar, no bom sentido, esses documentos. Nesse ponto nos aproximamos da visão de Beatriz Sarlo (2005), por exemplo, que questiona a legitimidade desse tipo de testemunho na transmissão do

³ Concepção que equipara o Terrorismo de Estado com os atos praticados por grupos de extrema esquerda.

passado, tal como esboçamos em um artigo publicado nesta revista (RAMÍREZ, 2010).

Longe de ser negativa, tal perspectiva não pretende anular esse tipo de fonte em sua validade, ao contrário, ela pode enriquecer enormemente o trabalho dos historiadores, já que nos ajuda a afinar nosso senso crítico, mitigando um pouco o nosso fetiche pelo documento, em sentido amplo, sejam eles orais ou escritos, oficiais ou não. Nós historiadores, de modo geral, temos que nos preocupar um pouco mais com a crítica heurística das nossas fontes, relativas a qualquer período que estejamos trabalhando.

Por exemplo, o Inquérito Policial Militar (IPM) e o laudo do legista Harry Shibata foram conclusivos em indicar o suicídio como *causa mortis* de Vladimir Herzog, mas as fontes imagéticas e os relatos dos envolvidos os desmentem. Desmontar a farsa oficial dessa morte não apenas tinha sentido histórico, revestia-se de uma missão política e até moral. Além da repercussão do caso, dado que se tratava de uma figura de relevo no âmbito jornalístico, lembremos também que Herzog era judeu e, valentemente, o rabino Henry Sobel negou que fosse enterrado junto aos que tinham atentado contra a sua própria vida e, segundo atesta, praticou todos os ritos prescritos.

Num caso parecido ocorrido quatro anos antes, Iara Iavelberg, companheira de Carlos Lamarca, não recebeu tratamento similar, sendo enterrada na ala dos suicidas e sem que se pudesse proceder à lavagem do corpo, dado que seu ataúde estava lacrado. A batalha por lhe dar um sepultamento honroso chegou a seu fim apenas em 2003, mais de trinta anos após sua morte, quando seu cadáver foi exumado, a instâncias dos seus familiares e por ordem do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, diante da negativa da Sociedade Chevra Kadisha, que gerencia o cemitério, a qual alegava que a exumação quebrantava seus preceitos, sendo admitida em pouquíssimos casos, mas que podia esconder seu consentimento com a história oficial, constatando-se após esse procedimento que ela havia de fato sido assassinada.

Vale lembrar que vários dos médicos legistas que aturaram nesses casos tiveram seus registros profissionais cassados pelos respectivos conselhos regionais de medicina, mas os recuperaram por meio de ordens judiciais, demonstrando quão difícil resulta conciliar o mundo da ciência com o da justiça.

Concomitantemente, essa experiência não apenas trouxe reparação às vítimas e à “verdade” histórica, mas também redundou no aprimoramento de métodos da área, sendo a equipe de Antropologia Forense da Argentina um exemplo paradigmático nesse sentido. Ela tem sido convocada em diversas oportunidades, quando são investigadas violações aos direitos humanos, o que igualmente têm lhe permitido continuar acumulando uma vasta experiência. De forma mais isolada, historiadores e outros estudiosos das ciências sociais têm

atuado como peritos nos processos penais. O cientista político e historiador uruguaio Gerardo Caetano teve intervenção no processo promovido pelo argentino Juan Gelman perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), assim como a historiadora argentina Gabriela Águila o fez em uma causa num juizado federal da cidade de Rosario.

Dessa forma, aos poucos foram expostos alguns dos aspectos mais sórdidos dos regimes, numa tarefa que sempre é moralmente justa, mas que levava a nos perguntarmos se ainda devíamos insistir na pesquisa sobre essas temáticas ou se deveríamos ir à procura de outras menos trilhadas. Anos atrás, essa era minha intenção, mas agora penso que, talvez, essa seja sua vantagem principal, a sobressaturação tem dado uma densidade que dificilmente se poderia alcançar nas ciências sociais. A vida em sociedade pressupõe indivíduos constituídos por e construtores de relações, sendo que as mais profundas apenas são debeladas após uma longa sedimentação de estudos.

Além dessa, também podemos computar outras vantagens. O fato de não estar restrito a um fenômeno nacional possibilita a comparação, método pouco praticado no nosso meio e mais usual em outras ciências sociais, Apesar de muitas vezes realizados de forma exagerada, para o qual Charles Tilly nos precavera (1991). Dessa forma, junto à rica perspectiva multidisciplinar, podemos nos inspirar nas academias dos nossos países irmãos, estabelecendo um diálogo crítico entre elas. Como nos ensinou Jürgen Kocka (2003), esse olhar permite localizar questões e problemas que, de outra forma, seriam possivelmente negligenciados ou ignorados; prestando-se a caracterizar os perfis dos casos singulares, contrastando-os com outros, não apenas para mostrar semelhanças, mas também para desfazer falsas analogias, como também nos indicara Marc Bloch (1976), entre outras vantagens.

Nesse caso bastam apenas dois exemplos. A força dos estudos militares no Brasil, que contam com uma entidade de estudos específica, a Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED), que inclusive tem permitido uma aproximação entre militares e civis em torno de alguns interesses em comum, exemplo esse que bem poderia inspirar outros colegas do Cone Sul a investir nas pesquisas nessa área. Em contrapartida, a forte tradição argentina em história econômica poderia ter o mesmo efeito, mas em direção oposta.

Nesse sentido, o conhecimento de como se comportou o empresariado brasileiro durante o regime autoritário contrasta com aquele que temos acerca dos militares. Parece um contrassenso que tenha sido René Armand Dreiffus, um uruguaio, quem legou a maior obra de referência nessa seara (1981). Vale lembrar, que seu livro também foi publicado pela editora Vozes, o que reforça a observação que fizemos oportunamente.

Em sentido inverso, os argentinos sabem muito pouco sobre como se comportaram os

segmentos castrenses, o labor iniciado por Paula Canelo (2009) aponta nesse sentido, mas seu esforço quase que solitário mereceria um número maior de entusiastas. Não obstante isso, em contrapartida, os argentinos sabem, até com minúcias, sobre as vidas e obras de corporações, empresários e tecnocratas em razão de que neste país a história econômica não foi banida pela virada cultural, a qual, como bem salientou Emilia Viotti da Costa (1998), em linhas gerais corre o risco de substituir um tipo de reducionismo por outro.

Contudo, devemos matizar tal apreciação, já que ela pode não corresponder a um mérito apenas dos profissionais daquele país, talvez, os contínuos fracassos na arena econômica ajudem a explicar tal persistência, levando-os recorrentemente a inquirir no passado as suas causas.

A compatibilização desses dados não é necessária apenas para que se possam preencher lacunas. Eles são imprescindíveis para desentranhar as razões que motivaram os golpes de Estado, a forma como foram levados a cabo e o próprio funcionamento dos regimes instaurados. Sabemos que esses golpes e as ditaduras tiveram caráter cívico-militar, embora com predomínio deste último segmento. Sem embargo, até agora, as dinâmicas dessas alianças foram pouco estudadas.

Apenas recentemente conseguimos ver como diferentes frações militares, empresariais e tecnocráticas se associaram para levá-los a cabo. No entanto, pouco sabemos dos enfrentamentos que existiram ao interior dos governos autoritários, a não ser naqueles picos mais agudos. Nesse sentido, por causa das perspectivas comparativas, temos podido observar que o ano de 1978 foi uma divisória de águas para os quatro países em questão, momento em que alguns cursos se bifurcam.

Nos caso chileno e argentino, por exemplo, as tensões mais fortes aconteceram com as vitórias do general Augusto Pinochet sobre o general Gustavo Leigh e da equipe econômica de Alfredo Martínez de Hoz (h), tendo como suporte o general Jorge Rafael Videla, poderoso presidente da Junta de Governo, sobre o general Ramón Genaro Díaz Bessone. E ainda outros episódios, menos marcantes, tiveram lugar no Brasil e no Uruguai, os quais mostram a impossibilidade de se abordar o problema desde um ângulo só.

Esses dados nos revelam que a simbiose entre militares e civis foi vital para o sucesso dos golpes de Estado e de determinadas políticas dentro dos regimes autoritários, ocorrendo algumas mudanças dentro dessas alianças, as quais ajudam a interpretar essas conjunturas. Sem embargo, até o momento só uma parte dessa relação é conhecida, geralmente a que se deu entre os membros dos grupos dominantes, desconhecendo, em grande parte, como se deu

a colaboração ativa ou a aceitação passiva do resto da sociedade, a que ainda está, em seus rasgos gerais, por ser estudada.

Embora os regimes tenham se assentado numa base repressiva, em primeira instância, também souberam criar instrumentos de legitimação e, se bem não foram consensuais, não podemos desdenhá-los, do contrário não conseguiríamos explicar a popularidade que ainda goza o regime pinochetista, por exemplo. A falta de percepção desse fenômeno obedeceu, talvez, à negação inicial por parte dos intelectuais, que a viam como algo inadmissível, erro de diagnóstico que provocou consequências incruentas, levando inclusive a ações armadas sem as mínimas chances de êxito.

Como salientamos anteriormente, as ditaduras se definiram como propósito de uma ampla reestruturação, para a qual não bastava apenas o uso da força. Em tal sentido, o sociólogo argentino Ricardo Sidicaro considera, num capítulo que teve grande repercussão, que tais regimes foram contrarrevoluções bem-sucedidas, mas refundações frustradas (1996), posição que compartilha com outros autores, como o chileno Manuel Antonio Garretón (1985), por exemplo.

Concordando inteiramente com a primeira premissa da sua proposição, faz algum tempo que tenho reticências em relação à segunda. Talvez essa seja a ocasião em que a subjetividade do militante político contamine a do sagaz analista, digo isto porque Sidicaro pertencia a grupos peronistas de esquerda, motivo que quiçá pode ter incidido para que realizasse a observação.

A consideração por parte desses autores de que os regimes autoritários tenham fracassado pode ser interpretada como uma revanche daqueles que por eles foram vencidos. Para avaliar o sucesso ou fracasso de algo temos que levar em consideração os objetivos propostos junto com os resultados. Os dois termos da equação não são inexcedíveis.

Em primeiro lugar, as ditaduras não se pensaram para durar milênios, para se perpetuar no poder ininterruptamente. Portanto, o fato de que entregaram o mando a governos eleitos democraticamente não deve ser considerado necessariamente como sinal de fracasso, pode ser perfeitamente o contrário.

Tampouco foram opções antidemocráticas em sentido absoluto. Parece contraditório, mas a meta principal das ditaduras era a de mudar estruturalmente as sociedades nas suas mais amplas esferas para entregar o poder, já saneado, a autoridades civis, eleitas de modo democrático, tal como ficou expresso na forma como se intitulou a ditadura argentina, que se

autodenominou *Proceso de Reorganización Nacional*⁴, pomposo nome que nos oferece, pelo menos, dois indícios valiosos. O primeiro, que tal propósito não se conseguia apenas num ato isolado e, o segundo, que suas pretensões eram a de reformular as estruturas como um todo.

Desse ponto de vista, a avaliação tem que levar em consideração outra série de ponderações. Em grandes rasgos partilho da ideia de que elas não fracassaram, ao contrário, cumpriram seus objetivos, pelo menos na maior parte. Não obstante, como fazer uma avaliação mais completa nas transformações propostas nos obrigaria a realizar uma intervenção longa, me remeto apenas àqueles pontos que considero como os mais relevantes.

No aspecto econômico, os regimes autoritários tiveram a intenção de quebrar o tripé desenvolvimentista, o que foi amplamente conseguido. Eles derrotaram os projetos das burguesias nacionais, do Estado soberano e do proletariado industrial organizado. Foi nesse período que aconteceu a primeira etapa de reformas, precursora do neoliberalismo, com uma acelerada primarização, literariamente menos forte que a palavra desindustrialização, mas que pode lhe servir como sinônimo; também se observa uma lenta e inexorável redução do Estado como ator econômico, por meio do sucateamento e da privatização dos seus aparelhos, embora com resistências; assim como um arrocho salarial e uma conculcação de direitos trabalhistas nunca antes vista, que tiveram como consequências uma perda da soberania, passando os países que as sofreram a depender de uma maior ingerência externa, seja da potência dominante ou de instituições multilaterais, nas quais aquela tem preponderância.

Tudo isso pode ser visto negativamente, mas, desde o ângulo oposto, podemos ver que tal face destrutiva tinha outra. A brutal transferência de excedente, que ainda não se conseguiu reverter totalmente, expressava um propósito, criar condições para que um pequeno grupo empresarial emergisse como líder incontestado e, dessa forma, pudesse comandar outro tipo de desenvolvimento. A partir daquela época, retomamos uma alta produtividade no setor agrícola e, como nunca, tivemos o surgimento de bilionários, alguns convertidos em verdadeiros *players*, que se elevaram sobre a carnificina ocorrida entre as pequenas e médias empresas, podendo concorrer assim no disputadíssimo mercado internacional, altamente concentrado.

No âmbito social, a repressão não foi apenas direcionada para os subversivos costumeiros, as próprias burguesias nacionais foram enquadradas, revertendo à tendência de fortalecimento que tinha começado na etapa substitutiva, devendo agora aceitar um papel subordinado ao capital transnacional. As desventuras seguidas pela *Confederación General*

⁴ Tal denominação guarda reminiscências com a obra de Juan Bautista Alberdi, *Bases y Puntos de Partida para la organización política de la República Argentina*, de 1852, que se converteu em referência para a constituição da Argentina moderna.

Económica (CGE) na Argentina, talvez, possam servir como o maior exemplo. Constituída como braço empresarial do peronismo, era ilegalizada a cada golpe de Estado e não se recuperou com o retorno da democracia, na maior parte por erros próprios, mas também porque as circunstâncias em que pretendeu ressurgir eram bem diferentes, já que sua base tinha minguado em número e peso, assim como foram desarticulado seu discurso e as condições que lhe davam fôlego.

A repressão no meio empresarial é uma temática pouquíssimo abordada, ficando restrita à colaboração que as empresas deram aos golpes de Estado e, em casos específicos, aos aparelhos repressivos. Mas, pouco sabemos acerca dos padecimentos sofridos por seus agentes, circunstância que na Argentina tem vindo mais à luz com a divulgação da polêmica em torno da venda aos grupos Clarín, La Nación e La Razón das ações de Papel Prensa que pertenciam à família de David Graiver, empresário e banqueiro que mantinha laços, inclusive financeiros, com o ministro de Economia do peronismo, José Ber Gelbard, e a agrupação Montoneros, que morreu num acidente de aviação, no México, após o qual sua família passou a viver um verdadeiro calvário, que a obrigou a se desfazer desses ativos, alegando agora que foram aplicados métodos extorsivos com ajuda de agentes estatais para esse propósito.

Em concomitância, durante essa etapa, na frente sindical acentua-se a tendência mundial de queda no número de empregos formais, especialmente no setor industrial, passando a aumentar, em contrapartida, o número dos que eram empregados nos serviços e no mercado informal ou diretamente dos que passavam à categoria de desempregados. Assim, o embasamento do movimento sindicalizado e dos protestos que ele motorizava minguou drasticamente. Hoje outro Cordobazo seria inimaginável, a emergência de um novo Lula seria inviável. O caldo de cultura que os engendrou não existe mais.

Por outro lado, igualmente observamos que, se bem a intenção de reestruturar os partidos políticos pelo alto falhou, a derrota foi pírrica, já que tampouco os partidos opositores saíram indenados da contenda. Durante as transições, as agrupações políticas de tradição populista não conseguiram se tornar opções de poder e partidos colocados mais ao centro da cena política as comandaram. Claro que não devemos ver isso apenas como um comportamento local, pois a crise dos partidos políticos teve raízes globais no mundo dito ocidental (KIRCHKEIMER, 1980).

Também os militares viram seu poder erodir-se. Anteriormente tínhamos comentado que as facções nacionalistas foram derrotadas dentro da própria ditadura e a vitória das outras só foi ocasional, devido a que igualmente suas bases foram socavadas. Isso repercutiu politicamente, uma vez que tais segmentos tinham se constituído num elemento iniludível da

política local, ao tempo que desempenhavam um papel econômico ativo, como promotores do desenvolvimento, mais por motivos de soberania do que por convicções políticas. Hoje elas podem resistir em alguns países às pressões punitivas, mas são incapazes de construir projetos políticos ou torcer seu rumo nas diretrizes mais gerais.

Como salientamos quando tratamos dos empresários, apesar desse deterioro no tecido social, isso não tem sido tão ruim para a democracia. Explanamos anteriormente que uma das interpretações clássicas da Argentina adjudicava a desestabilização do seu sistema político à incapacidade desses atores para impor um projeto próprio, detendo, em contrapartida, poder suficiente para inviabilizar os dos outros. A teoria do impasse hegemônico foi útil para compreender a emergência dos regimes autoritários, mas também pode sê-lo para entender como as frágeis democracias conseguiram sobreviver. Os atores sociais saíram tão debilitados das ditaduras que perderam a prerrogativa de invalidar governos, talvez com uma ressalva, os empresários parecem ser os únicos que poderiam fazê-lo atualmente, desta vez por meio de golpes econômicos, mas que necessariamente devem encontrar apoio em outros segmentos, particularmente o político, quando querem impor seu próprio projeto, como aconteceu na Argentina após 1989 e 2001 (RAMÍREZ, no prelo).

Essa observação não está desencaxada, a entronização do neoliberalismo como discurso hegemônico, no final do século XX, deu lugar a uma releitura das ditaduras. Desde essa nova perspectiva, os regimes autoritários passaram a ser considerados como a antessala das políticas de corte neoliberal, já que seu predomínio nunca teria sido alcançado sem seu auxílio, imprescindível para desmontar o tecido social e intelectual que embasava correntes contrárias, predominantemente aquelas conhecidas como desenvolvimentistas. Tal hipótese foi formulada por Peter Evans e Miles Kahler e passou a ser conhecida como o paradoxo ortodoxo, já que, apesar de que o neoliberalismo pregava o contrário, valeu-se da força do Estado para se impor (EVANS, 1992 e KAHLER, 1989), proposição de ordem geral que tem sido constatada por outros pesquisadores em diversos casos nacionais (BOISARD, 2004 FISCHER, 2009). Nessa direção, podemos compreender o início do desmanche estatal, que ia além do desprendimento de unidades produtivas, sendo sua consequência mais grave a de lhe alienar das suas capacidades de promover políticas públicas, da qual também foram privados vastos setores da sociedade civil, muitos dos quais ainda não se recuperam totalmente da sua passagem.

O fato de que ex-militantes de organizações armadas, como José Mujica e Dilma Rousseff, ou de outros que não estiveram envolvidos diretamente, como Michelle Bachelet, mas que igualmente sofreram na carne a prisão e a tortura, assumirem as presidências,

encarnando projetos diferentes, pode ser interpretado como um fracasso dos regimes.

No entanto, desde outro ângulo, que eles tenham conquistado esse cargo pode representar outra amostra do sucesso dos regimes autoritários. Na atual conjuntura, tais figuras em nada se parecem aos indivíduos que a ditadura reprimiu, suavizaram suas posições para se elevar ao poder, inclusive, de forma paradoxal alguns deles se converteram em entraves para que se pudesse avançar no sentido de fazer justiça, como bem exemplifica o caso de José Mujica, cujo voto foi decisivo para não se declarar inconstitucional a Ley de Caducidad no Uruguai. Igualmente o fato de que esses grupos se transformassem em opções de poder e chegassem a exercê-lo pode ter contribuído para que países como Brasil, Chile e Uruguai, nessa ordem, ficassem atrasados em relação à Argentina na luta pela justiça e pela reconstrução da “verdade”.

Nesse último país, os grupos que mais sofreram com a repressão ficaram de fora do governo, nunca foram uma opção viável, não tinham compromissos com a gestão direta do poder e, por isso, sua predisposição a negociar nesse ponto era quase nula. Para eles a governabilidade não era um problema que se podia resolver tendo como moeda de troca a possibilidade de rever o passado, tal como nos sugere o título de um livro de Charles Gillespie (1995), para o caso uruguaio.

Tampouco temos algum movimento revolucionário que paire sobre o horizonte político ameaçadoramente. Inclusive reinterpretações acerca das consequências de ações desse tipo, empreendidas durante o período, têm sido cada vez mais usuais, não com o intuito de reeditar a famigerada teoria dos dois demônios, da qual algo falamos anteriormente, presente até em forças e personalidades ditas progressistas há tempos atrás, mas com a finalidade de compreender como foi possível chegar-se ao ponto que se chegou, sendo bons exemplos disso os trabalhos de Marcelo Ridenti (2004), para o Brasil, e de Aldo Marchesi e Jaime Yaffé (2010), para o Uruguai.

Para finalizar, resta-nos salientar mais uma vez como o ofício de historiar se amarra às necessidades políticas e com o tempo em que ele está inserido. Novos ares trouxeram novos problemas, novas críticas a posturas teóricas e metodológicas que tinham se convertido em paradigmas, possibilitando assim que voltássemos ao passado enxergando-o desde outras perspectivas, a quais revelam novas facetas e ajudam a repensar as nossas velhas práticas. A história do Tempo Presente e a política, entrando pela janela, não têm efeitos ruins, ao contrário, podem trazer um novo ar que renove nossa disciplina.

POLITICS AND THE PRESENT TIME IN THE HISTORIOGRAPHY OF THE DICTATORSHIPS OF THE SOUTHERN CONE OF LATIN AMERICA

Abstract

In this article, we discuss the relationship between politics and this time it was established around the historiographic production about Southern Cone dictatorships of Latin America. Particularly interested analyzing the ways in which this experienced by the researchers and their relation to politics interfered in research this processes, rather than to highlight how these studies to base some acts of praxis and interfered to some extent, the historical facts themselves, dialectical relationship that also was instrumental in shaping the field of study of history, not just entering a new time frame, but also new problems and sources, expanding and diversifying their perspectives and transdisciplinary dialogues, especially around the methodological dilemmas that brought the incorporation subject in which the researchers are involved in multiple ways, some direct other indirectly, issues that often be obviated in searches of more distant objects, discussion that is not only valid but essential.

Keywords: Politics. Present time. Historiography. Dictatorship. Southern Cone of Latin America.

Referências

ÁGUILA, Gabriela. La dictadura militar argentina: interpretaciones, problemas, debates. *Páginas. Revista digital de la Escuela de Historia*, Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario, ano 1 n° 1, Rosario, 2008.

_____. Los historiadores, la investigación sobre el pasado reciente y la justicia. In: LVOVICH, Daniel e CERNADAS, Jorge (eds.), *Historia, ¿para qué? Revisitando una vieja pregunta*. Buenos Aires: Prometeo, 2011.

BLOCH, Marc. El método comparativo en la historia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e PEREZ BRIGNOLI, Héctor. *Perspectivas de la historia contemporánea*. México: Secretaría de Educación Pública, 1976.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; FRANCO, Marina Franco; IGLESIAS, Mariana e LVOVICH, Daniel. Promesas y problemas de la historia reciente del Cono Sur (a modo de introducción). In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; FRANCO, Marina Franco; IGLESIAS, Mariana e LVOVICH, Daniel (comp.). *Problemas de Historia Reciente del Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo, 2010, Volumen I.

BOISARD, Stéphane. Le modele économique chilien: du mythe a la realite. *Pensamiento Crítico*, Santiago de Chile, n° 4, 2004, pp. 1-21. Disponível em: <http://www.pensamientocritico.cl/attachments/098_s-boisard-num-4.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2012.

BORÓN, Atilio A. El fascismo como categoría histórica: en torno al problema de las dictaduras en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, ano XXXIX, n° 2, México, abril-junho de 1977, p. 481-528.

BRIENZA, Lucía. La escritura del pasado reciente en la Argentina democrática. *Anuario del Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos S. A. Segreti"*, Córdoba, ano 8, n° 8, 2008.

BUCHELI, Gabriel. Rastreado los orígenes de la violencia política en el Uruguay de los 60. *Cuadernos de la historia reciente. Uruguay 1968-1985*, n° 4, Montevidéo: EBO, 2008.

CANELO, Paula. *El proceso en su laberinto*. La interna militar de Videla a Bignone. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. Estado y proceso político en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. XXXIX, n° 2, abril/junho de 1977, p. 357-387.

CAVAROZZI, Marcelo. Los ciclos políticos en la Argentina desde 1955. In: O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence, (comps.). *Transiciones desde un gobierno autoritario*. América Latina. Buenos Aires: Paidós, 1989, v. 2, p. 37-78.

COLLIER, David (ed.). *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

COMISIÓN RETTIG. *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*. Disponível em: <http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html>. Acesso em: 17 fev. 2012.

COMISIÓN VALECH. *Informe de la Comisión Nacional sobre Política y Tortura*. Disponível em: <<http://www.comisionvalech.gov.cl/InformeValech.html>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

COMISIÓN VALECH. *Informe de la Comisión Presidencial Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura*. Disponível em: <<http://www.comisionvalech.gov.cl/InformeComision/Informe2011.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

CONADEP. *Nunca Más*. Informe de la Comisión Nacional sobre el Desaparecimiento de Personas. Buenos Aires: EUDEBA, 1985. Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/nuncamas.html>> . Acesso em 17 fev. 2012.

COSTA, Emilia Viotti da. Novos Públicos, Novas Políticas, Novas Histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: Em busca da dialética. *Anos 90*, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, v. 6, n° 10, 1998. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6211/3702>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

COSTA BONINO, Luis. *La crisis de los partidos tradicionales y el movimiento revolucionario*. Montevidéo: EBO, 1985.

_____. *La crisis del sistema político uruguayo*. Montevidéo: FCU, 1995.

CUEVA, Agustín. La cuestión del fascismo. *Revista Mexicana de Sociología*, v. XXXIX, n° 2, abril-junho de 1977, p. 469-480.

_____. La fascistización de América Latina. *Nueva Política*, n° 1, México, janeiro-março de 1976.

DREIFFUS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Editorial Vozes, 1981.

EVANS, Peter B. The State as Problem and Solution: Predation, Embedded Autonomy, and Structural Change. In: HAGGAR, Stephan e KAUFMAN, Robert R. (eds.), *The Politics of Economic Adjustment*. Princeton: Princeton University Press, 1992, p. 139-181.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FISCHER, Karin, The Influence of Neoliberals in Chile before, during, and after Pinochet. In: MIROWSKI, Philip e PLEHWE, Dieter (eds.). *The Road from Mont Pèlerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge/London: Harvard University Press, p. 305-346.

FRANCO, Marina. Reflexiones sobre la historiografía argentina y la historia reciente de los años 70. *Nuevo Topo. Revista de historia y pensamiento crítico*, n° 1, setembro/outubro de 2005.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Proyecto, trayectoria y fracaso en las dictaduras del Cono Sur. Un balance. In: CHRENSKY, Isidoro e CHONCHOL, Jacques, (comps.). *Crisis y transformación de os regímenes autoritarios*. Buenos Aires: Eudeba, 1985.

GASTAUD, Carla. Historiografia Grega: Tucídides e a Guerra do Peloponeso. *História em Revista*, Núcleo de Documentação Histórica do ICH da UFPEL, Pelotas, v. 7, n° 1, 2001, pp. 133-156. Disponível em:
<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_07_Carla_Gastaud.pdf>
Acesso em: 17 fev. 2012.

GILLESPIE, Charles. *Negociando la democracia*. Montevidéo: ICP-FCU, 1995.

GONZÁLEZ, Luis E. *Estructuras políticas y democracia en Uruguay*. Montevidéo: FCU, 1993.

HIRSCHMAN, Albert O. The Turn to Authoritarianism in Latin America and the Search for Its Economic Determinants. In: COLLIER, David (ed.). *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

HUNNEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2000.

HUNTINGTON, Samuel P. *El orden político en las sociedades en cambio*. Buenos Aires: Paidós, 1992.

JAGUARIBE, Helio. Brasil: estabilidade social pelo colonial-fascismo? FURTADO, Celso. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

KAHLER, Miles. Orthodoxy and its Alternatives: Explaining Approaches to Stabilization and Adjustment. In: NELSON, Joan (ed.). *Economic Crisis and Policy Choice*. Princeton:

Princeton University Press, 1989.

KAPLAN, Kaplan. Hacia un fascismo latinoamericano. *Nueva Política*, n° 1, México, janeiro-março de 1976.

KIRCHKEIMER, Otto, El camino hacia el partido de todo el mundo. In: LENK, Kurt e NEUMANN, Franz (eds.). *Teoría y sociología crítica de los partidos políticos*. Barcelona: Anagrama, 1980, p. 246-328.

KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. *History and Theory*, v. 42, n° 1, fevereiro de 2003.

LECHNER, Norbert. La crisis del Estado en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. XXXIX, n° 2, abril-junho de 1977, p. 389-426.

MARCHESI, Aldo e YAFFÉ, Jaime. La violencia bajo la lupa: Una revisión de la literatura sobre violencia política en los sesenta. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 19, n° 1, janeiro/dezembro de 2010.

MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; RICO, Álvaro; e YAFFÉ, Jaime (comp.). *El presente de la dictadura: estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay*. Montevideo: Trilce, 2004.

MINELLO, Nelson. Uruguay: la consolidación del Estado militar. *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. XXXIX, n° 2, abril/junho de 1977, p. 575-594.

O'DONNELL, Guillermo. *El Estado Burocrático Autoritario*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982.

_____. Reflexiones sobre las tendencias de cambio del Estado burocrático-autoritario. *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. XXXIX, n° 1, janeiro-março de 1977, p. 9-59.

OLIVEIRA, Francisco de. Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária. In: REIS, Daniel Aarão Filho; RIDENTI, Marcelo; e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 117-124.

PITTALUGA, Roberto. Miradas sobre el pasado reciente argentino. Las escrituras en torno a la militancia setentista (1983-2005). In: FRANCO, Marina Franco e LEVIN, Florencia (comp.). *Historia reciente: perspectivas y desafíos de un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

PORTANTIERO Juan Carlos. Clases dominantes y crisis política en la Argentina actual. In: BRAUN, Oscar (comp.). *El capitalismo argentino en crisis*. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 1973.

_____. Economía y política en la crisis argentina: 1958-1973. *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. XXXIX, n° 2, abril/junho de 1977, p. 531-565.

POULANTZAS, Nicos. *Fascisme et Dictature*. La III' Internationale face au fascisme.

Maspero: París, 1970.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, *Investigación histórica sobre detenidos desaparecidos en cumplimiento del artículo 4 de la ley 15.848*. Montevideo: IMPO, 2007, 5 tomos.

PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

RAMÍREZ, Hernán. A ditadura fala? Reflexões sobre os testemunhos orais através de entrevistas concedidas por Ernesto Geisel e Jorge Oscar de Mello Flôres. *Tempo e Argumento*, v. 2, n° 1, jan/jun de 2010, p. 21-51. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/1888/1533>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

_____. Argentina 2001, fin de línea. Interpretaciones en torno de su crisis. *Latin American Perspectives*, no prelo.

_____. *Corporaciones en el poder*. Institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: IPÊS, FIEL y Fundación Mediterránea. Buenos Aires: Lenguaje claro Editora, 2007.

RÉMOND, René (dir). *Pour une histoire politique*. Paris: Ed. du Seuil, 1988.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. *Communicare Revista de Pesquisa*, Fundação Casper Líbero, Edição Especial: 40 anos do golpe de Estado de 1964, v. 4, n° 2, 2° semestre de 2004, p. 117-124.

RIZ, Liliana de. Algunos problemas teórico-metodológicos en el análisis sociológico y político de América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. XXXIX, n° 1, janeiro/março de 1977, p. 157-171.

_____. Formas de Estado y desarrollo del capitalismo en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. XXXIX, n° 2, abril/junho de 1977, p. 427-441.

ROUQUIÉ, Alain e SCHVARZER, Jorge, (Comps.). *¿Cómo renacen las democracias?* Buenos Aires: Emecé Editores, 1985.

ROUQUIEU, Alain; LAMOUNIER, Bolívar e SCHVARZER, Jorge, (Orgs.). *Como Renascem as Democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 19-45.

SAMUEL, Raphael. *Theatres of Memory*. London: Verso, 1999.

SANTOS, Theotonio. Socialismo y Fascismo en América Latina Hoy. *Revista Mexicana de Sociología*, v. XXXIX, n° 1, janeiro/março de 1977, p. 173-190.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo*. Una discusión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

SERPÁJ. *Uruguay: nunca Más*. Montevideo: Serpaj, 1989.

SIDICARO, Ricardo. Coaliciones golpistas y dictaduras militares: el “Proceso” en perspectiva comparada. In: PUCCIARELLI, Alfredo (coord.). *Empresarios, tecnócratas y militares*. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, p. 53-96.

_____. El Régimen Autoritario de 1976: Refundación Frustrada y Contrarrevolución Exitosa. In: TCACH, César e QUIROGA, Hugo. *A Veinte Años del Golpe*. Con Memoria Democrática. Homo Sapiens: Rosario, 1996.

SIERRA, Gerónimo de. Introducción al estudio de las condiciones de ascenso de las dictaduras: el caso uruguayo. *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. XXXIX, n° 2 abril/junho de 1977, p. 567-574.

TAPIA-V, Jorge. Neo militarismo y fascismo. *Nueva Sociedad*, n° 50, setembro-outubro de 1980, p. 156-174.

TILLY, Charles. *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes*. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

TRINDADE, Helgio. El tema del fascismo en América Latina. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*, n° 30, novembro-dezembro de 1982, p. 111-141.

TUCÍDICES, *História da Guerra do Peloponeso*. Prefácio de Helio Jaguaribe; Trad. do grego de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, 4ª edição, XLVII.

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA. *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de estado en el Uruguay (1973-1985)*. Montevideo: Universidad de la República, 2009, 3 tomos.

ZAVALETA MERCADO, René. Nota sobre fascismo, dictadura y coyuntura de disolución. *Revista Mexicana de Sociología*, ano XLI, n° 1, México, janeiro/março de 1979, p. 75-85.

ZEA, Leopoldo. Fascismo dependiente en Latinoamérica. *Nueva Política*, n° 1, México, janeiro-março de 1976.

ZEMELMAN, Hugo. Acerca del fascismo en América Latina. *Nueva Política*, n° 1, México, janeiro-março de 1976.

ZERMEÑO, Sergio. Estado y sociedad en el capitalismo tardío. *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. XXXIX, n° 1 janeiro/março de 1977, p. 61-117.

Recebido em: 22/03/2012

Aprovado em: 25/04/2012